

1 **SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA**
2 **CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL**

3
4
5 **ATA DA DÉCIMA QUARTA**
6 **REUNIÃO ORDINÁRIA DO**
7 **CONSELHO ESTADUAL DE**
8 **POLÍTICA CULTURAL**
9

10 Nos dias 16 e 17 de Setembro do ano de dois mil e quinze, em Belo Horizonte/MG, na Assembleia
11 Legislativa de Minas Gerais e na da Biblioteca Pública Luiz de Bessa, respectivamente, realizou-se
12 a presente reunião. A primeira parte da manhã, do dia 16, aconteceu juntamente com a reunião
13 preparatória para a organização dos fóruns técnicos regionalizados que irão discutir o Projeto de
14 Lei 2.805/2015 que instituirá o Plano Estadual de Cultura. O segundo momento iniciou-se com a
15 discussão e aprovação da ata da 13ª reunião ordinária. Em seguida, a pauta da 14ª reunião ordinária
16 foi colocada em discussão. O secretário adjunto, Bernardo Novais, ressaltou que os pareceres
17 elaborados pelo Conselho Estadual de Política Cultural (CONSEC) relativos aos projetos de lei da
18 Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), não seriam colocados em votação nesta
19 reunião. Mas, que os mesmos serão submetidos à votação por meio digital. O conselheiro Aníbal
20 consultou o plenário referente a alguma documentação ou legislação que regule a criação de dias
21 estaduais no âmbito da ALMG. O secretário adjunto ressaltou a importância dos pareceres do
22 CONSEC que auxiliam os relatores dos projetos a fundamentarem seus pareceres. A conselheira
23 Magdalena disse que encontrou na Constituição do Estado a disposição que permite a criação de
24 dias, mas que, para elaborar seu parecer sobre o projeto de lei que institui o Dia do Genealogista se
25 pautou em uma lei federal. Ficou estabelecido que a Secretaria Executiva passaria essa
26 documentação para os conselheiros. O conselheiro Bruno esclareceu que o projeto do qual trataria,
27 era o Projeto 010/2015 da Câmara Municipal de Ouro Verde de Minas e não o 1368, como
28 constava. Feitas as alterações, a pauta foi aprovada. O Superintendente de Interiorização e Ação
29 Cultural, João Batista Miguel, assessorado pela diretora de programas e articulação institucional,
30 Janaína Maquiaveli abriu as apresentações dos informes, que foram inseridos na pauta por
31 solicitação dos conselheiros. João Miguel saudou a todos e informou sobre o Edital Cena Minas
32 que será aberto na semana seguinte e os editais em vigor: Edital dos Povos e Comunidades
33 Indígenas e Circula Minas. Em relação ao Música Minas, que é o ponto da pauta, o
34 Superintendente esclareceu que houve uma alteração no formato do projeto. Anteriormente, o
35 programa era executado pela sociedade civil somente, e que agora acontece de forma híbrida com
36 uma parte gerenciada pela sociedade civil e outra pela Secretaria. Em seguida, a diretora Janaína
37 esclareceu que não houve alteração nenhuma no valor integral do programa. Uma parte do valor
38 será destinada ao Edital de circulação e a outra, ao Edital de chamamento público direcionado para
39 entidades sem fins lucrativos. Ressaltou que compartilha da opinião de alguns conselheiros de que
40 as discussões sobre a cultura no interior precisam ser mais estruturadas e que tendo isso em vista, o
41 Edital procurou preservar, privilegiar e ressaltar a dimensão da cadeia produtiva e criativa da
42 música. Acrescentou que na continuidade do programa, serão estabelecidos mecanismos que
43 permitam passar de uma cadeia criativa, para uma cadeia de valor, como já acontece em outras
44 cadeias produtivas, segmentos industriais e artísticos. O conselheiro Bruno Bento, enquanto
45 representante da entidade Mucury Cultural, que faz parte do Fórum da Música e que gerenciava o
46 programa em parceria com a Secretaria de Cultura, deixou registrado o seu desconforto em relação
47 ao processo, que foi muito desgastante e que poderia ter sido evitado, já que o programa alterou
48 seu formato. Destacou que algumas conquistas como o reconhecimento das diferenças nas regiões
49 do Estado e a valorização de micro rotas têm que ser mantidas, pois é importante que o interior
50 circule pelo interior. O conselheiro Tarcísio corroborou a fala do conselheiro Bruno, reforçando a
51 circulação da música dentro do próprio Estado, no que foi apoiado pelos conselheiros Aníbal e

52 Carlyty. O Superintendente João Miguel falou da dificuldade de se encontrar um denominador
53 comum para ser o mais justo possível quanto às diferenças entre as rotas percorridas pelos artistas
54 proponentes e informou que, pegando a base de cálculo do Ministério da Cultura (MinC),
55 estabeleceram valores fixados dentro de unidades de quilometragens específicas. O secretário
56 adjunto, Bernardo Novais, conclui dizendo que o Edital não foi alterado nem na essência, nem na
57 proposta. O que houve, foi uma alteração nas regras e que há abertura para revisão a qualquer
58 momento. O conselheiro Aníbal solicitou ao Superintendente João Miguel, uma comparação sobre
59 como era e o que mudou no Edital para um aprofundamento da discussão. Ficou acordado que esse
60 material será repassado por email. Seguindo a pauta, passou-se ao informe 2 que trata da situação
61 dos funcionários da Rede Minas. O conselheiro Aníbal fez a abertura, ressaltando que esse informe
62 foi uma solicitação da Câmara de Fomento, com vistas a entender melhor a situação da Rede
63 Minas, já discutida em uma audiência pública. O conselheiro fez um breve apanhado da audiência
64 pública que se centrou na situação trabalhista precária dos funcionários da Rede Minas causada,
65 sobretudo, pelo formato do Edital do último concurso. Também manifestou a preocupação quanto
66 à dívida que a Rede Minas possui. Finalizou dizendo da importância do CONSEC discutir e ter
67 clareza da situação, até mesmo para saber como atuar no sentido de ajudar e intermediar o diálogo
68 entre funcionários e emissora. Para isso, sugeriu a realização de uma reunião extraordinária da
69 Câmara de Fomento e Financiamento, convidando também a Associação dos Funcionários de Rede
70 Minas para discutir a situação. A conselheira Magdalena colocou sua preocupação com a questão
71 sindical, uma vez que, o conselho da Rede Minas prevê a representação dos funcionários através
72 do sindicato dos artistas, dos jornalistas e dos radialistas, sendo uma cadeira para os três.
73 Acrescentou que o antigo projeto de produzir teledramaturgia no Estado, não pode ser esquecido.
74 A palavra foi passada para o presidente da Rede Minas, Israel Novaes, que ressaltou a importância
75 do apoio do CONSEC para fazer com que a Rede Minas chegue para todo o Estado. Informou que
76 o conselho curador da instituição não foi reentronizado o ano passado, portanto está desativado. E
77 que esse momento está sendo aproveitado para uma reconfiguração do mesmo. Esclareceu que
78 receberam a Rede Minas em uma situação muito precária do ponto de vista da gestão que era
79 realizada pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) - Associação de
80 Desenvolvimento da Radiodifusão de Minas Gerais (ADTV). Assumiram com uma dívida que
81 pode chegar a 20 milhões de reais, além de vários passivos trabalhistas. Por orientação jurídica, foi
82 necessário o rompimento unilateral com a OSCIP. Disse que a gravidade da situação não é
83 pequena, mas, que está sendo feito tudo para dirimir a situação. Para solucionar a situação dos
84 funcionários, causada em boa parte pelo concurso realizado, está sendo feito um esforço de
85 investimentos na requalificação nos recursos técnicos e humanos, por meio de parcerias. Além
86 disso, a possibilidade de uma sede própria, com previsão para Março do ano que vem, é um passo
87 muito relevante para se sanar a atual situação da emissora. Ainda sobre a situação dos
88 funcionários, o que está sendo trabalhado, juntamente com o Sindicato do Servidos Efetivos e a
89 Secretaria de Planejamento e Gestão, é uma reestruturação do plano de carreira, num primeiro
90 momento, para na seqüência, realizar um novo concurso. Finalizando, disse que está se buscando
91 uma reengenharia de recursos humanos para mobilizar o manejo dentro da Rede Minas, facilitando
92 a criação de novos programas e contratação a de apresentadores. Por último, convidou para o
93 lançamento da política de apoio a iniciativas, ações culturais e sociais, o antigo RedCult, que visa
94 dar mais transparência aos critérios de apoio de ações gerais de eventos. O secretário adjunto abriu
95 a discussão, e o conselheiro Aníbal voltou a frisar a continuidade do debate na Câmara de Fomento
96 para aprofundar a questão, a fim de que o CONSEC contribua de maneira mais efetiva. A
97 conselheira Sula Mavrudis colocou-se a disposição no que for possível. O conselheiro Tarcísio
98 disse o quão claro ficou a situação da Rede Minas e que, portanto, será mais fácil explicar para as
99 pessoas. O conselheiro Bruno Bento ratificou a fala de todos, reforçando a disposição da Câmara
100 de Fomento e Financiamento. O conselheiro Paulo assinalou a discussão da implantação do canal
101 da cidadania no interior, que é uma iniciativa do Ministério das Comunicações e que já está
102 acontecendo. A conselheira Maria Andrada sugeriu que talvez as afiliadas que recebem patrocínio

103 no interior fossem um canal para ajudar a minimizar a crise ou algo assim. O conselheiro Carluty
104 elogiou a postura corajosa do presidente da Rede Minas em expor toda a situação. Israel encerrou
105 destacando que os problemas estão sendo enfrentados e apresentando as potencialidades da Rede
106 Minas. Informou que o canal da cidadania já foi autorizado pelo governador para ser constituído a
107 partir da Rede Minas. Também já está em andamento a operação de um canal estatal,
108 governamental e isso contribuirá muito para estabelecer a diferença entre TV pública e estatal.
109 Ressaltou o fortalecimento dos conselhos, de modo geral, como algo relevante na ampliação da
110 participação social e de uma democracia participativa e que isso vai ao encontro do projeto de
111 transformar a TV em uma plataforma de governança eletrônica. Disse que, em parceria com a
112 TVBrasil, já está em desenvolvimento o projeto Brasil4D que oferece recursos de interatividade
113 para o telespectador. Na parte da tarde, foi dada a continuidade aos informes, iniciando com a
114 discussão do projeto 010/2015 da Câmara de Ouro Verde de Minas. O conselheiro Bruno Bento
115 apresentou o Projeto da Câmara Municipal de Ouro Verde, de autoria de um vereador, que trata da
116 mudança de nome do Quilombo de Santa Cruz para Córrego Santa Cruz. Esse projeto foi
117 apresentado com um abaixo assinado cuja validade é questionada pelas comunidades. Pelo fato de
118 ameaças às comunidades quilombolas ser uma situação recorrente em todo o Estado, solicitou ao
119 CONSEC que fizesse uma moção de repúdio, além de discutir ou chamar as comunidades da
120 Federação Quilombola de Minas Gerais para dialogar. Esse fato é parecido com o projeto de lei
121 discutido na última reunião, que propunha a instituição da Semana da Cultura no Estado e acabava
122 com o Dia da Consciência Negra. São, segundo o conselheiro, ações que geram uma “des-
123 reconhecimento” e desmobilização do trabalho dos movimentos negros e dos movimentos dessas
124 comunidades. A conselheira Márcia Betânia sugeriu que o Instituto Estadual do Patrimônio
125 Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG) poderia contribuir com uma discussão mais
126 técnica e que poderia se trazer para a discussão a Secretaria de Meio Ambiente, para junto com a
127 Secretaria de Cultura, alinhar o trabalho. Pois, modos de produção sócio culturais estão sendo
128 dizimados. A conselheira Leda acrescentou que quilombo pressupõe territorialidade, e que a
129 mudança de nome é o primeiro passo para despossuir o sujeito da sua terra. A terra e a vida dos
130 sujeitos. A conselheira Sula sugeriu que além da carta a mídia e a imprensa fossem mobilizadas. O
131 secretário adjunto esclareceu que a titulação atribuída pela Fundação Palmares é só uma parte só
132 do processo, o reconhecimento final é feito pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma
133 Agrária (INCRA). Acrescentou que o princípio constitucional é muito contundente no
134 reconhecimento dos povos quilombolas. Dessa discussão foram tirados três encaminhamentos:
135 primeiro, uma moção específica do Conselho a respeito do projeto de lei de Ouro Verde; segundo,
136 pautar uma discussão no conselho sobre a questão afro descendente; terceiro, mobilizar o IEPHA
137 para essa discussão e uma quarta, também chamar o Meio Ambiente. A conselheira Sula reforçou
138 que o for decidido deve chegar à mídia e a imprensa em geral. A conselheira Maria Andrada e a
139 representante da ALMG, Ana Cristina, colocaram que seria muito relevante o registro da
140 comunidade como patrimônio imaterial no âmbito do município. Esse seria um primeiro passo no
141 sentido de proteção e preservação dessa comunidade. Definiu-se que a moção seria um ato
142 imediato para ser colocada em votação e assinada até amanhã. Dando continuidade à pauta,
143 passou-se ao informe seguinte: relação entre o poder público e a sociedade civil, solicitado pelo
144 conselheiro Rubem. O conselheiro abriu sua fala dizendo da precariedade de vários grupos de
145 teatro, que perderam ou que estão em vias de perder a sede ou mesmo deixar de existir. Entre eles:
146 Negro e Atitude, Cócix Companhia Teatral, Candongas, todos de Belo Horizonte, além do Ponto
147 de Partida e de seu próprio grupo. Citou também o fechamento dos teatros Kleber Junqueira e do
148 Teatro da Cidade (BH). No entanto, vive-se um momento estratégico de instituição do Plano
149 Estadual de Cultura e da apresentação do primeiro estudo da Lei de Fomento e Incentivo à Cultura.
150 Nesse momento, os conselheiros que são representantes da sociedade civil, e, principalmente,
151 aqueles que estiveram envolvidos na elaboração do Plano Estadual de Cultura precisam estar na
152 linha frente para explicar às pessoas e garantir o entendimento do Plano. Enfatizou a necessidade
153 de crescer o orçamento da cultura. Concluiu sua fala, pedindo uma moção de apoio em relação à

154 continuidade do Ministério da Cultura, com uma redação contundente. A conselheira Sula
155 expressou a sua preocupação em não acompanhar os Fóruns Técnicos de discussão do Plano
156 Estadual de Cultura, já que não há recursos para isso, o que ficou claro nas palavras do Secretário
157 de Cultura, Angelo Oswaldo, no período da manhã, durante a reunião preparatória desses mesmos
158 fóruns. Sugeriu como alternativa o estabelecimento de parcerias ou o apoio da Assembleia.
159 Bernardo ressaltou que como será estabelecida uma metodologia para os Fóruns Técnicos,
160 provavelmente, irá gerar um orçamento e que, portanto, ainda há tempo para tratar disso. Propôs ao
161 conselheiro Rubem a redação da moção em defesa do Ministério da Cultura para que a mesma
162 fosse votada e assinada até o final da reunião. O conselheiro Rubem acolheu a proposta e registrou
163 o alento em relação ao posicionamento claro do secretário Angelo Oswaldo a favor da não
164 extinção do Ministério da Cultura. Na sequência passou-se ao informe sobre o Documento da Base
165 Curricular Comum para o ensino da dança. O conselheiro Alexandre Molina, que propôs o item,
166 informou que o Ministério da Educação não havia divulgado o documento com era previsto. Mas,
167 que por contato com alguns colegas que fazem parte da Comissão de especialistas que auxilia na
168 elaboração do documento, alguns problemas já podem ser apontados. Primeiro, não há uma
169 discussão do que seria essa “base comum”, parece que o que está acontecendo é muito mais o
170 cumprimento de uma tarefa protocolar. Segundo, o documento propõe o entendimento de que as
171 artes fazem parte de um conjunto maior chamado linguagens, junto com outras áreas, inclusive a
172 Educação Física. E o eixo que coaduna todas as artes é o letramento que não contempla o que a
173 arte tem de próprio da sua atuação. Terceiro, a dança aparece como conteúdo curricular da
174 disciplina de Educação Física. Isso é um problema sério, uma vez que há mais de 15 anos, o
175 Conselho Federal de Educação Física tem desejado fiscalizar a dança, o circo, as artes marciais e a
176 yoga. O Ministério da Cultura (MinC) vai lançar uma nota de repúdio a esse documento uma vez
177 que não houve diálogo com o Ministério da Educação (MEC) e o Fórum Nacional de Dança vai
178 publicar uma nota também. Solicitou que o CONSEC se manifeste favoravelmente a esse pleito.
179 Além disso, quando o Documento da Base Curricular fosse disponibilizado para a consulta
180 pública, como está previsto, que os conselheiros se mobilizassem, garantindo um trabalho sério
181 para o ensino de artes nas escolas. A conselheira Magdalena agradeceu ao Alexandre por colocar
182 em pauta, dizendo que já é um trabalho de muitos anos separar cada área. O fato da dança ter sido
183 incluída como conteúdo da Educação Física é resultado da articulação do Conselho Nacional de
184 Educação Física. Não se trata de uma questão somente sindical, eles estão invadindo a área
185 artística e cultural e que seria interessante uma manifestação em âmbito nacional delimitando as
186 áreas e as capacidades para se ministrar uma aula de artes. A conselheira Leda ressaltou que o
187 próprio sistema já está defasado e obsoleto, e que é uma luta dentro da própria estrutura. O
188 conselheiro Tarcísio reafirmou a importância de repensar a situação, para que não se chegue ao
189 ponto dos artistas não poderem dar aulas. A conselheira Sula relatou que a Escola de Educação
190 Física da Universidade de Campinas procurou o deputado Tiririca, que é do circo, para apresentar
191 um projeto habilitando a educação física para dar aula de circo. Porém, como havia contato com o
192 gabinete do deputado, o mesmo foi alertado e o projeto foi retirado na mesma hora, o que
193 demonstra a atuação do Conselho Federal de Educação Física. O conselheiro Rubem relatou a
194 iminência do fechamento de uma escola de circo pelo Conselho Federal de Educação Física, em
195 Uberlândia. O conselheiro Alexandre reafirmou a ilegalidade dessa exigência, dizendo o
196 documento produzido pelo Sindicato dos Artistas e Técnicos de Espetáculos de
197 Diversão (SATD) e assinado pelo CONSEC na última reunião foi distribuído para as escolas de
198 dança e circo. O conselheiro Rubem sugeriu que fosse realizado um evento em Uberlândia junto
199 com a comissão de cultura da Ordem dos Advogados (OAB) de Uberlândia, dando visibilidade a
200 questão. Após as colocações, definiu-se que em relação ao documento do MEC que será colocado
201 sob consulta pública, os conselheiros devem acionar os meios possíveis para influir nessa consulta
202 pública, a posição que foi consensualmente defendida de que a educação física não deve gerir o
203 ensino dança, circo e teatro. Lembrando a fala da conselheira Leda que critica o sistema de ensino
204 como um todo; e isso também pode ser objeto de discussão na consulta pública. Quanto ao apoio

205 institucional aos outros documentos citados, do MinC e do Fórum de Dança, o apoio acontecerá
206 quando os documentos saírem. E, como último encaminhamento desse informe, a proposta do
207 conselheiro Rubem, do evento em Uberlândia. Em seguida, passou-se à apresentação e discussão
208 da minuta do projeto de lei que institui o programa estadual de fomento e incentivo à cultura. O
209 secretário Bernardo ressaltou que é mais um conjunto de ideais do que uma minuta propriamente
210 dita. A proposta ainda está em debate internamente no governo, mas decidiu-se ouvir os
211 posicionamentos para orientar no aperfeiçoamento da mesma. O Superintendente de Fomento e
212 Incentivo à Cultura, Felipe Amado, apresentou as propostas iniciais de alteração da Lei de
213 Incentivo à Cultura, que passa a ser um Programa Estadual de Incentivo à Cultura. As alterações
214 são resultado de um grupo de trabalho constituído pelos técnicos e assessores da Secretaria de
215 Estado de Cultura: Cesária Macedo, Felipe Amado, Lucas Fainblat e André Ferreira sob a
216 coordenação da Secretaria Adjunta. O secretário adjunto disse que a proposta foi trazer primeiro
217 para o plenário e, após as negociações com a Secretaria de Planejamento, Secretaria da Fazenda e a
218 própria Secretaria de Cultura, será feita uma reunião extraordinária com a Câmara de Fomento,
219 retornado ao Plenário com o parecer da Câmara. Após a apresentação do Superintendente Felipe
220 Amado, abriu-se o debate com o conselheiro Rubem dizendo que foi surpreendido positivamente, e
221 ressaltou que muitas demandas antigas foram contempladas. Ficou em dúvida se a dívida ativa
222 seria somente para o fundo e não mais para a lei de incentivo. Colocou-se temerário com o fato de
223 uma parte da captação ir para o Fundo. Segundo ele, em alguns momentos, o Estado pode se tornar
224 concorrente dos grupos independentes. Outra questão, é que ele achou os limites de contrapartida
225 um pouco pesados. O secretário Bernardo, argumentou que não existe essa concorrência, uma vez
226 que todo o recurso é público. Um recurso é devido, o outro é próprio, não existe concorrência. O
227 conselheiro Paulo questionou se a adesão dos municípios ao Fundo Estadual estaria atrelada à
228 obrigatoriedade de se ter o Fundo Municipal de Cultura ou seria mais uma opção. Sugeriu que
229 dentro da categoria denominada cidadania cultural, os projetos menores com premiação até 55 mil
230 reais, já fossem diretamente enquadrados nessa categoria. Por último, sugeriu uma plataforma
231 digital de código aberto para o programa. O superintendente Felipe Amado disse que,
232 provavelmente o MinC irá disponibilizar o SALIC Web para os Estados fazerem seus processos.
233 O conselheiro Paulo acrescentou que poderia se pensar na possibilidade da pessoa física incentivar
234 a cultura, como é feito na Lei Rouanet. Felipe Amado respondeu dizendo que no Estado, a maior
235 parte dos recursos vem das empresas, e que não há um imposto de pessoa física tão representativo.
236 Em relação à questão dos Fundos Municipais, disse que a previsão é que seja preferencial, e não
237 uma obrigatoriedade, porque muitos municípios ainda estão constituindo seus sistemas municipais
238 de cultura O conselheiro Eduardo, representante da Secretaria de Estado da Fazenda, esclareceu
239 que existe uma possibilidade da pessoa física contribuir que é a dívida ativa. O superintendente
240 Felipe retomou as questões colocadas pelo conselheiro Rubem e afirmou que no que diz respeito à
241 contrapartida a ideia é que fique pesado mesmo, para incentivar os projetos menores. A
242 conselheira Leda fez um questionamento conceitual do termo “segmentos” e destacou que o
243 documento não contempla a diversidade artística cultural, “fraturando” a cultura, em vez de
244 estabelecer interlocuções. Bernardo concordou com a incerteza da nomenclatura, mas, ressaltou
245 que é preciso certo consenso em torno dos termos, uma vez que é uma lei. Quando se fala em
246 segmentos, está se remetendo também às culturas populares, culturas indígenas e culturas afro-
247 brasileiras. Essa é uma terminologia constitucional, fundamentada nos artigos 215 e 216 da
248 Constituição Federal. O conselheiro Tarcísio ponderou sobre a questão dos altos valores que
249 algumas empresas captam e questionou a possibilidade de se ter um limite para isso. Posicionou-se
250 favorável à contrapartida ir para o Fundo e que não vê o Estado como concorrente e sim, os
251 institutos das empresas. Apontou como uma possibilidade de captação de mais recursos as
252 emendas parlamentares. Nesse sentido, o secretário Bernardo, informou que está se avaliando a
253 adoção de uma estratégia que vise direcionar os recursos das emendas para os programas da
254 cultura. Acrescentou que o Estado é um prestador de serviços, não há concorrência. Isso deve estar
255 bem claro para evitar uma dicotomia que não existe. Felipe destacou que, inclusive, a Lei Estadual

256 veda alguns financiamentos de empresas em seus próprios equipamentos; quanto ao limite da
257 contrapartida, é um ponto que deve ser aprofundado. A conselheira Márcia sugeriu que os
258 dispositivos fossem apresentados à luz de uma avaliação mais qualitativa dos impactos. Isso
259 poderia trazer mais esclarecimentos, pensando em avançar em alguns direcionamentos como, por
260 exemplo, fomentar a cultura em municípios bem pequenos no âmbito do mundo rural. Citou a
261 experiência positiva do Edital da Bacia Hidrográfica do São Francisco feito pela Fundação
262 Nacional de Arte (FUNARTE), que possuía uma simplicidade burocrática e chegou nesses
263 pequenos municípios. O Bernardo ressaltou a possibilidade de o Fundo ser segmentado e
264 regionalizado. E que o fortalecimento do mesmo significa fazer política pública planejada. A
265 conselheira Silvia, representante da Casa Civil, parabenizou a proposta, destacando a interlocução
266 que a Secretaria de Cultura tem com a sociedade civil. A conselheira Magdalena agradeceu a
267 escuta e disse que é um momento para ter paciência. Talvez as mudanças não sejam as desejadas,
268 mas é um momento de fortalecer a cultura. O conselheiro Rubem se manifestou sugerindo que o
269 proponente de projetos também possa receber uma espécie de selo, algo que facilitaria o processo
270 de apresentação de projeto. Atentou para o risco de se chegar mais rápido ao teto da renúncia
271 fiscal, por isso, reiterou a necessidade da presença da sociedade civil dentro dessas discussões. O
272 secretário Bernardo colocou que a maneira de evitar o que o Rubem destacou, é planejando o
273 Fundo. Segundo o secretário o que acelerou a captação na experiência passada da Lei foi a baixa
274 da contrapartida. Portanto, se aumenta a contrapartida, a tendência é deixar o processo mais lento.
275 Para o conselheiro Rubem dois fatores influenciaram no referido processo: a contrapartida diminui
276 e aumentou o número de projetos. Mostrou-se surpreso com o baixo número de captação, até o
277 momento. Bernardo afirmou que esse valor vai subir até o final do ano e se não subir, em janeiro,
278 abre-se um Edital. Como último inscrito para falar, o conselheiro Bruno: parabenizou a proposta
279 apresentado, afirmando que, enquanto representante da Câmara de Fomento e Mecanismos de
280 Financiamento, aguarda o trabalho para avaliar. E que é um momento interessante, apesar das
281 dificuldades. Definiu-se que a proposta de votação das moções seria feita no dia seguinte.
282 Bernardo relembrou que todos são eleitores no processo eleitoral do Conselho Nacional de Política
283 Cultural (CNPC) e que amanhã, inicia a escolha do representante de Minas Gerais que irá para
284 Fórum Setorial Regional, em Brasília, para votar nos candidatos. O período da manhã do dia 17 foi
285 direcionado para a participação dos conselheiros na Etapa Estadual da Eleição do CNPC. O
286 período da tarde foi aberto pelo Secretário Adjunto de Cultura, Bernardo Mata Machado, que
287 colocou em votação as seguintes moções: Moção de Apoio à Comunidade Quilombola de Santa
288 Cruz, pela preservação e avanço dos direitos das comunidades de povos tradicionais de matriz
289 africana e indígena e a Moção de repúdio à simples ideia de fusão ou extinção do Ministério da
290 Cultura, ambas aprovadas por aclamação. Definiu-se que a Moção de Apoio à Comunidade
291 Quilombola deverá ser encaminhada para a Prefeitura de Ouro Verde, Câmara dos Vereadores de
292 Ouro Verde, Coordenadoria de Inclusão e Mobilização de Minas Gerais, Ministério Público de
293 Minas Gerais, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria de Direitos
294 Humanos do Estado de Minas Gerais e Federação das Comunidades Quilombolas do Estado. A
295 segunda moção deverá ser enviada para o Ministério do Planejamento, Casa Civil e Ministério da
296 Cultura. A conselheira Deolinda justificou que ainda não emitiu o parecer sobre o Projeto de Lei
297 2.037/2015 da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que dispõe sobre o reconhecimento da
298 Festa Nacional do Biscoito em Janpovar como patrimônio cultural e material do Estado,
299 justificando que antes da emissão do parecer, irá fazer uma visita ao município para fundamentar o
300 mesmo. Também ressaltou a preocupação em relação ao parecer sobre o Projeto de Lei 382/2015
301 que institui o do Dia Estadual do Quadrilheiro, dizendo das dificuldades que as festas enfrentam
302 para sua realização. O secretário adjunto esclareceu que nenhum parecer relativo aos projetos de
303 lei da Assembleia Legislativa foi colocado em pauta e que os mesmos seriam colocados em
304 votação por meio digital. A conselheira Sula Mavrudis manifestou seu apoio ao Projeto do Dia do
305 Quadrilheiro. O conselheiro Tarcísio destacou a importância de se preservar a quadrilha mineira.
306 Uma vez que algumas quadrilhas atualmente são muito misturadas com as quadrilhas do norte do

307 Brasil, e que não basta criar um dia, mas preservar a quadrilha mineira tradicional. Sula Mavrudis
308 completou que a União Junina (BH/MG) estabelece alguns critérios e tem um trabalho voltado
309 para a preservação da identidade da quadrilha mineira. A conselheira Márcia Betânia destacou que
310 projeto de lei é bem sucinto; como já existe o dia nacional do quadrilheiro, o projeto só reforça,
311 propondo a instituição do dia estadual. Sula novamente colocou sua posição favorável. Por uma
312 questão de ordem, o secretário adjunto, Bernardo Mata Machado, e em comum acordo com todos
313 os conselheiros, suspendeu a discussão sobre o Projeto do Quadrilheiro, uma vez que os pareceres
314 serão colocados em discussão por meio digital. Logo em seguida, colocou-se em pauta as etapas
315 descentralizadas da eleição do Conselho Nacional de Política Cultural. O secretário Bernardo
316 esclareceu que cada conselheiro poder convocar uma reunião descentralizada, ou seja, fora da
317 capital, até o dia 26 de setembro. Essas reuniões poderão ser convocadas ou pelo órgão gestor
318 estadual, Secretaria de Estado da Cultura, ou por qualquer conselheiro estadual. O quórum dessas
319 reuniões determinará o número de delegados que Minas Gerais levará para Brasília. Explicou que
320 o procedimento consiste em avisar à Regional do MinC a realização do encontro, assinar as listas
321 de presença e fazer a ata comunicando qualquer ocorrência. Guilardo Veloso, chefe da
322 representação regional do MinC, reforçou os procedimentos, dizendo que é preciso comunicar à
323 regional, e esta comunicará ao MinC. A conselheira Magdalena, também em nome do vice
324 presidente, que não estava presente no momento, colocou que considerou insuficiente o tempo para
325 a discussão do projeto da reforma da lei de incentivo. Sugeriu uma reunião extraordinária para
326 analisar a proposta mais detidamente. Bernardo lembrou que quando se encerrar as negociações
327 no Planejamento e na Fazenda, for feita a uma minuta, a mesma será distribuída à Câmara
328 Temática de Fomento e Financiamento para dar um parecer que será submetido ao plenário.
329 Cogitou a possibilidade de fazer a reunião da Câmara, via vídeo conferência. Tarcísio sugeriu
330 chamar o Serviço Social do Comércio (SESC) para falar sobre os projetos da área cultural
331 desenvolvidos pelo sistema, já que muitos projetos estruturantes estão sendo substituídos por
332 projetos de eventos. Lembrou que isso já tinha sido proposto pelo conselheiro Rubem na reunião
333 passada. O conselheiro Bruno Bento solicitou que na próxima reunião, fosse respeitada a proposta
334 de ter o encontro para as Câmaras Temáticas. Eduardo Mattedi, diretor do Sistema Nacional de
335 Cultura e Programas Integradas, da Secretaria de Articulação Instituição (SAI) do MinC, reafirmou
336 a importância dos encontros presenciais descentralizados, pois eles irão garantir a participação de
337 Minas, desde que haja mobilização. O conselheiro Frederico colocou como proposta que após a
338 somatória do número de assinaturas de cada segmento resultante da reunião, os conselheiros se
339 comprometessem a organizar as reuniões descentralizadas para garantir a participação de três
340 delegados. Eduardo Mattedi lembrou mais uma vez os procedimentos para garantir a
341 legitimidade do processo. A Conselheira Sula expressou a sua insatisfação quanto à parte
342 presencial do processo que, segundo ela, dificulta a participação do segmento do circo, devido à
343 alta rotatividade dos circenses. O secretário adjunto destacou que a inclusão das reuniões
344 presenciais foi acrescentada ao regimento para garantir uma maior participação e que, mesmo não
345 se considerando a especificidade do circo, a conselheira deve convidar os reforços para mobilizar o
346 segmento. Eduardo Mattedi ressaltou que o Edital “premia” os segmentos com maior mobilização
347 e que o processo garante, pelo menos, um delegado. Informou que a necessidade de que o processo
348 não fosse exclusivamente na plataforma digital apareceu em conversas e consultas públicas. A
349 reunião foi encerrada, iniciando a Roda de Conversa sobre participação social promovida pelo
350 Ministério da Cultura.